



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO

QUALIFICAÇÃO DO SERVIDOR: Eu _____,
servidor público estadual, cargo _____,
matrícula _____, órgão e setor de lotação _____,
e-mail _____, telefone () _____ venho perante
o Governo do Estado do Amapá DECLARAR as seguintes informações:

**POSSUO PROCESSO JUDICIAL e/ou ADMINISTRATIVO () SIM () NÃO, em caso positivo:
DESISTO DO PROCESSO JUDICIAL e/ou ADMINISTRATIVO (em caso de desistência JUDICIAL,
anexar petição protocolada) () SIM () NÃO
Processo JUDICIAL e/ou ADMINISTRATIVO relacionado ao retroativo da seguinte gratificação*:**

- () Gratificação de Regência de Classe-GRC (meses abril e maio/2015)
- () Gratificação para Pedagogos, Auxiliares Educacionais e Especialistas-GPAE (meses abril e maio/2015)
- () Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo-GEATA (meses abril, maio, junho e julho/2015)
- () Gratificação de Estimulo á Docência- GED (meses abril, maio, junho e julho/2015)
- () Auxílio Indenizatório-AI (meses abril, maio e junho/2015)
- () Gratificação de Atividade em Saúde-GAS (meses abril, maio, junho e julho/2015)
- () Gratificação especial para áreas de Difícil Acesso (meses abril, maio, junho e julho/2015)
- () Gratificação de Desempenho de Atividade-GDA (mês agosto/2015)
- () Gratificação de Desempenho de Atividade de Gestão-GDAG (mês agosto/2015)
- () Plantão Pericial
- () Indenização de Alimentação do Militares (meses abril, maio e junho/2015)

DECLARO, que as informações aqui prestadas representam a expressão da verdade, sob pena de **Responsabilidade Civil, Administrativa e Penal**.

Na oportunidade, a fim de consubstanciar o pedido, declaro à Administração Pública da **Desistência** de propor quaisquer ações judicial ou administrativa referente ao pagamento de retroativos das Gratificações concedidas pelo Governo do Estado do Amapá, no ano de 2015, conforme acima assinalado.

Assim como, **Renuncio** ao direito de **Requerer** novos atos processuais referentes ao mesmo objeto.

A eficácia da desistência e renúncia acima declaradas estão condicionadas ao fiel cumprimento do pagamento dos retroativos das gratificações pelo Governo do Estado do Amapá.

DECLARO ainda, estar ciente de que o crédito inscrito em precatório ou requisição de pequeno valor (RPV), referentes a esta demanda, não pode fazer parte de acordo extrajudicial, conforme art. 100 da CRFB/88, devendo ser informado à Administração acerca de sua existência.

Por fim, por direito torno irrevogável e irretratável a minha decisão, a qual dato e assino para que produzam seus efeitos legais.

Local e Data

Assinatura

***O pagamento dos retroativos das gratificações serão efetuados somente aos servidores que faziam jus ao benefício a época da publicação das respectivas leis.**